

ANTONIA DE ANGOLA E MONICA DA COSTA DA MINA: AFRICANAS LIBERTAS, PATRIARCALISMO E RELAÇÕES DE GÊNERO NO RECIFE DO SÉCULO XIX^{1 2}

Valéria G. Costa³ IFSERTÃOPE

Porém a animosidade, absolutamente inútil no sertão, morreu no útero.
(MORRISON, 2009, p. 53)

Em seu romance “Compaixão”, Toni Morrison, por mais de uma vez, retrata a condição da mulher negra – nos Estados Unidos de 1690 – cotejando, desta vez, o cenário da escravidão protagonizado por Florens, uma escravizada negra; Rebbeka, a esposa branca; Lina, uma cativa indígena; e Sorrow, outra “escrava” de cor preta. O meio rural, o trabalho doméstico e as experiências compartilhadas nas descobertas cotidianas são alguns aspectos elencados pela escritora afro-americana para discutir questões de gênero e raça no jogo das aproximações e distanciamentos dos lugares sociais ocupados por essas mulheres.

Ademais, no Brasil, especificamente na cidade do Recife – capital da província pernambucana – em 1851, a preta de nação angola Antonia dizia ao seu testamenteiro que um certo João Mina tinha uma dívida com ela e que deveria quitá-la de maneira “amigável ou judicial”. Por sua vez, a mina Monica, em 1864, destituiu o genro da administração de seus bens, por ele trazer-lhe prejuízos financeiros. Essas africanas, ao criarem estratégias para que suas ações e vontades fossem concretizadas, romperam com a manutenção do patriarcalismo, uma das características mais marcantes da sociedade escravista. Além do mais, as organizações familiares e de parentescos, as redes de amizade, compadrio, arranjos de trabalho, são vias de acesso para perscrutarmos como foram sendo construídas as relações de gênero – em meio à população africana na diáspora americana – em suas diferentes nuances.

¹ DOI 10.29388/978-65-86678-76-5-f.39-60

² Agradeço às professoras Dra. Solange Rocha da UFPB e Dra. Mariana Andrade pelas leituras argutas e sugestões na construção da presente versão deste capítulo.

³ Valéria Costa é Doutora em História pela UFBA, Mestre e Licenciada em História pela UFPE. Docente do Instituto Federal do Sertão Pernambucano (IF Sertão PE). Membro da Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as) – ABPN; do Dadá – Grupo de estudos e pesquisa em gênero, saúde e sexualidade da UFRPE/UAST; e integrante da Rede de Historiadorxs Negrxs. Desenvolve pesquisas sobre a história da população africana no Brasil oitocentista, religiões africanas e afro-brasileiras nos séculos XIX e XX, história das mulheres negras e relações de gênero

Para além do visível, as personagens do romance de Morrison e essas africanas que viveram no Recife do século XIX são mulheres cujas experiências de vida foram marcadas pela escravização; mas também tiveram sonhos, amores, constituíram família, fizeram escolhas, partiram e chegaram de lugares (rurais e urbanos) redesenhando suas liberdades, buscando construir autonomia, costurando ou rasgando malhas de sociabilidades. No caso particular da angola Antonia Ignacia e da mina Monica foi possível recuperar fragmentos de suas trajetórias em testamentos, inventários *post-mortem*, jornais e documentação paroquial (assentos de batismo, casamento e óbito). Fontes lidas e relidas pelas lentes conceituais da história social da escravidão, especialmente, daquela comprometida com as experiências femininas.

O presente capítulo, por conseguinte, busca, a partir de fragmentos das vivências dessas africanas que passaram pela escravização e conquistaram a liberdade, no Brasil, fazer algum exercício interpretativo – com base nas construções interseccionais de gênero, raça e classe – para refletir sobre o passado escravista em Pernambuco⁴. Precisamente, em meados do século XIX, período no qual a angola Antonia Ignacia e a mina Monica tornaram-se forras na cidade do Recife. Época marcada pelas efervescências da modernização que chegavam à província através do crescimento do comércio, implantação de fábricas e novos serviços, construção de novas pontes e prédios públicos. Na paisagem urbana, marcos arquitetônicos desta modernidade eram inscritos na edificação da Casa de Detenção, no bairro popular de São José em 1851. Neste mesmo ano, no bairro de Santo Antônio – onde se concentrava o comércio de fino trato da cidade – era construído o Teatro de Santa Isabel e, na freguesia de Santo Amaro, era inaugurado o Cemitério Público Bom Jesus da Redenção (Cemitério de Santo Amaro), na área limítrofe do município do Recife com a cidade de Olinda. Em 1860, uma nova ponte, a Duarte Coelho era construída, facilitando o vai e vem de pessoas e veículos entre os bairros de Santo Antônio e da Boa Vista. A capital pernambucana, como as demais cidades do território imperial brasileiro, esforçava-se para concretizar seus projetos “civilizatórios”, empenhando-se no combate aos costumes africanos. Por sua vez, mulheres e homens das camadas populares ressignificavam seus modos de viver, trabalhar, morar, constituir família, divertir-se, sepultar seus mortos, etc. A população liberta (africana e crioula) crescia a partir da intensificação de suas próprias lutas pela liberdade aliadas à política governamental de abolição gradual da escravatura e aos movimentos abolicionistas. Os dados do censo de 1872 apontaram que no Recife habitava uma média de 1.859 pessoas advindas de África (946 livres e 913

⁴ Pretendo exercitar algumas reflexões interseccionais de raça, gênero e classe conforme as conceituações de bell hooks (1981).

escravizadas). Deste número, 80% (747 libertos(as) 446 cativos(as)) era de mulheres e homens forros e residentes nos quatro bairros centrais (Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista). Conseqüentemente, o sexo masculino predominava, sendo 57% entre os forros e 52% da população cativa. As mulheres de África, vistas como estrangeiras indesejadas e egressas do cativo, encontrariam maiores dificuldades para garantir suas liberdades. Vale ressaltar que a racialização da sociedade e o patriarcalismo que entrecortavam as relações de gênero e classe constituíam-se em mais obstáculos para elas assegurarem a conquista de suas emancipações.

Como estratégia narrativa para a construção deste capítulo, portanto, inicio fazendo menção ao debate sobre as temáticas de história social das mulheres na escravidão, citando apenas os primeiros e destacados trabalhos acerca do assunto. Isto posto, cotejo as experiências de Antonia Ignacia Manuella, de nação angola; e Monica da Costa Ferreira, de procedência mina; em seus esforços para romperem os laços de dependência senhoriais e ocuparem seus espaços (sociais, políticos, culturais) na sociedade oitocentista. Finalizo retomando as discussões acerca das estratégias encampadas pelas mulheres negras no século XIX para desvencilharem-se dos laços senhoriais e criarem fissuras na ordem patriarcal.

HISTÓRIA SOCIAL DA ESCRAVIDÃO E O PROTAGONISMO FEMININO NEGRO

Embora tardio, é a partir dos anos 1970 que, no Brasil, o debate sobre as mulheres passou a ser conteúdo nos postulados acadêmicos, influenciado pelas discussões do movimento feminista europeu (França e Itália) e norte-americano. O diálogo tenso e profícuo entre ativistas e intelectuais fazia emergir a mulher como sujeito de historicidade⁵. Após uma década, os campos de abordagem da História Social e da História Social da Cultura – entrecortadas pela perspectiva teórica de Edward P. Thompson e o método da análise densa de variados jogos documentais – abriram-se para cotejar as experiências femininas negras. Por ora, limitar-me-ei como aludi acima, meramente, à apresentação dos iniciais trabalhos. Isto porque a discussão da literatura de forma aprofundada não seria possível, tendo em vista que a produção vem se avolumando nestes últimos trinta anos. Além do mais, escaparia do meu objetivo com este capítulo, qual seja, exercitar a utilização de conceitos interseccionais de gênero e raça a partir da microanálise de documentos arquivísticos para desvelar experiências de mulheres africanas em meados do século XIX (GINZBURG, 1989).

⁵ Um balanço da produção intelectual de cunho feminista pode ser apreciado em (Hollanda, 2019). Quanto à história das mulheres e de gênero pode ser vista em Bock (1979, p. 158-187).

Sob esta perspectiva, Maria Odila da Silva Dias (1984) foi pioneira na discussão sobre a condição social das escravizadas e libertas na São Paulo oitocentista. Estiveram também preocupadas com a lide doméstica, urbana e rural das mulheres negras nos tempos da escravidão, Liana Reis (1988) e Sônia Giacomini (1989). Esta buscou sumarizar as vivências femininas de cativas em amplitude de Brasil. Enquanto aquela reduziu a escala de observação e circunscreveu as mulheres negras que viveram nas Minas Gerais setecentista. Luciano Figueiredo (1993) colocou a memória histórica pelo avesso para perscrutar as quitandeiras do século XVIII mineiro. Para o Nordeste, Marília Monteiro (1989) apontou como a historiografia, até então, havia negligenciado o papel da mulher, em particular, daquelas em condição de escravizadas na formação social brasileira. Monteiro usou inventários *post-mortem* de escravocratas pernambucanos e a literatura de viajante para pontuar questões que mais tarde se tornaram fulcrais para as gerações posteriores de historiadores(as), como: a mulher escravizada enquanto trabalhadora; os estereótipos da sexualidade feminina negra construídos pelas elites políticas e econômicas. Na Bahia, Cecília Moreira Soares (1996) abordou as relações de trabalho das ganhadeiras na Salvador do século XIX. Flávio Gomes e Carlos Eugênio Líbano Soares (2002) investigaram o universo das mulheres africanas e crioulas no Rio de Janeiro. Solange Rocha (2009) perscrutou as experiências de escravizadas e forras na província da Paraíba na *agency* da conquista e afirmação da liberdade, no século XIX. Maciel Silva (2011) mergulhou no universo das vendeiras e criadas escravizadas, libertas e livres no Recife oitocentista. Finalmente, em 2012, é publicado “Mulheres negras no Brasil da escravidão e da pós-emancipação”, organizado por Giovana Xavier, Juliana Farias e Flávio Gomes. Possivelmente, uma das poucas obras historiográficas mais consistentes, por reunir pesquisas empíricas com inovadoras abordagens metodológicas que possibilitaram recuperar as experiências das mulheres africanas e crioulas, escravizadas, forras e livres, entre os períodos colonial, imperial e pós-abolição.

Saindo dessa análise mais geral, pesquisas mais específicas dedicaram-se às mulheres de África e suas estratégias de resistência ao cativeiro e como elas ressignificaram suas vidas nas cidades escravistas da diáspora americana. A manumissão, os modos de “viver sobre si” por meio do ganho, a família, o parentesco e as práticas religiosas figuram entre os temas mais recorrentes. Luiz Mott (1993) preconizou os estudos com o método biográfico para desvelar a vida de Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, a partir de uma análise minuciosa no processo inquisitorial desta personagem que ganhou visibilidade na tradição cultural afro-religiosa brasileira.

Oriunda da Costa da Mina, de nação courona,⁶ Rosa Egipcíaca foi trazida como escravizada em tenra idade para o Rio de Janeiro, vendida para a região das Minas Gerais, onde tornou-se liderança religiosa no século XVIII, sendo condenada pela Inquisição devido à sua atuação espiritual. Interessada também nas vivências das mulheres da Costa da Mina, Sheila Faria (2000) abordou como as pretas minas⁷, no período colonial, capitaneavam recursos para barganharem a compra de alforrias individual e coletiva, destacando-se também no acúmulo de cabedal. Já Selma Pantoja (2000) trouxe para a discussão as relações de gênero e constituição de poder político feminino na Região Centro-Ocidental da África, tendo como fio condutor a narrativa sobre a rainha Nzinga na Angola seiscentista. Pantoja também abordou a escravidão, as características do povo mbudu e a presença da mulher no trabalho agrícola. Por meio de fontes variadas e abordagens micro-analíticas como a biografia, Júnia Furtado (2006) aproximou-se das experiências femininas afrodiáspóricas, abordando gênero e poder, por meio da vida de Chica da Silva. Outro estudo biográfico relevante foi o de Adriana Alves (2010), que cotejou a vida de Luzia – uma africana de etnia jeje – para refletir acerca das relações de gênero e como as mulheres utilizavam o casamento, o sexo e os jogos de micropoderes como mecanismos de mobilidade social na Bahia entre o final do século XVIII e as primeiras décadas do século XIX.

Pesquisas instigantes para a reflexão acerca das continuidades da escravidão na pós-emancipação foram feitas por Olívia Cunha (2007), que analisou, a partir da perspectiva da antropologia histórica, a formação da consciência moral e pedagógica do trabalho doméstico no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. Neste estudo, as condições sociais das mulheres e as concepções naturalizadas entre “patroas” e “criadas” confluíram para as representações sobre a natureza das relações do trabalho doméstico e a associação entre domesticidade e gênero. Por seu turno, Marcelo Paixão e Flávio Gomes (2012) reuniram esforços analíticos e metodológicos para pensar sobre questões das desigualdades nos mundos do trabalho, tendo no gênero e na raça interfaces decisórias na experiência feminina negra. A historiografia, destarte, vem se avolumando nos últimos tempos, mesmo assim, ainda são poucas as pesquisas empíricas subsidiadas conceitualmente pelas abordagens de escritoras do feminis-

⁶Sobre a nação courana ou courá e como essa identidade étnica se organizou a partir da experiência do tráfico e na escravização no Brasil, consultar Maia (2013).

⁷As mulheres e os homens oriundos da Região Ocidental da África ficaram conhecidos no Brasil pela alcunha de “preto mina”.

mo negro⁸. Desse modo, tento, neste capítulo, como já sinalizei, fazer algum exercício com as questões interseccionais. Porém, os esforços são mais em termos analíticos das fontes documentais – almejando elucidar as estratégias para o rompimento dos vínculos senhoriais e patriarcais, e o protagonismo dessas mulheres – do que propriamente um exercício de reflexão teórica.

EXPERIÊNCIAS FEMININAS NEGRAS NAS ENCRUZILHADAS DA ESCRAVIDÃO E DA LIBERDADE

Antonia Ignacia Manoella, “mulher preta forra natural de Angola”⁹, como ela se apresentou – por ocasião da elaboração de seu testamento –, era uma viúva que morava na rua da Senzala no bairro do Recife. Católica e membro de quatro confrarias: Santa Ágora, Jesus Maria e José, N. Sra. do Rosário e São Benedito, da qual declarou ser irmã remida. Escravizada na província da Bahia, teria sido comprada pelo Reverendo João Antonio que a trouxe para a cidade de Olinda, em Pernambuco, para ser cativa doméstica de sua irmã D. Ignacia Manoella. Malgrado tenha sido alforriada em testamento da antiga senhora, escolheu a cidade do Recife para viver sua vida como liberta. Igualmente filiada à Irmandade de São Benedito e vizinha de bairro de Antonia Ignacia, Monica da Costa Ferreira declarou ser natural da Costa da Mina e residente na Rua da Guia. Era também viúva, mãe e bisavó¹⁰. Não narrou como conquistou a sua liberdade, mas cogito que ela deve ter angariado recursos financeiros e barganhado o valor de sua alforria, assim como muitas mulheres de procedência “mina”, que ficaram conhecidas na historiografia por conquistarem a manumissão por meio de sua agência de trabalho, sobretudo aquele ligado ao comércio de rua, como vendedoras de comidas, frutas e objetos (FARIA, 2000).

Além de africanas, libertas, habitantes do mesmo bairro e irmãs em São Benedito, elas passaram por experiências femininas comuns à

⁸ Considero pertinente o trabalho de Carvalho; Rocha (2016) devido à apresentação de um arrazoado das perspectivas políticas e teóricas do feminismo negro ao abordar a atuação política da Bamidelê, uma articulação política de mulheres negras na Paraíba.

⁹ Memorial da Justiça de Pernambuco (doravante MJPE), mapoteca 12, gaveta G, Livro 8 (14/11/1850 a 31/03/1853), Registro de Testamento de Antonia Ignacia Manoella, fl. 67, v-69.

¹⁰ A trajetória de Monica da Costa Ferreira pode ser lida em Costa (2012, p. 98-111). Retomei a trajetória de Monica para discutir mais detidamente as questões de gênero e o patriarcado que não foram contemplados na primeira obra.

grande maioria das mulheres negras na sociedade escravista¹¹. Foram traficadas de suas terras de origem para o Brasil, escravizadas, conquistaram suas manumissões, constituíram famílias e ampliaram a parentela, teceram redes de sociabilidades – dentro e fora do cativeiro –, de negócios, angariaram dinheiro, fizeram escolhas. Seus trajetos individuais se inter cruzam nas malhas urbanas da cidade e suas vidas revelam como foram planejados e executados os projetos das mulheres negras, que buscavam afastarem-se dos estigmas do cativeiro. Por outro lado, os rastros que essas duas africanas deixaram em variadas fontes documentais permitem releituras sobre o sistema patriarcal. De modo geral, no Brasil, o sistema patriarcal estruturava as relações sociais e políticas, legando os espaços de poder, os ambientes públicos e a administração do patrimônio aos homens; enquanto o recato do lar, a “docilidade”, a “honra” e a “submissão” eram atribuídas às mulheres. Entretanto, não há como pensarmos no patriarcado sem interseccioná-lo com os fatores de “raça”, gênero e classe social. Para as camadas sociais menos abastadas, destacadamente quando africanas, crioulas, escravizadas e libertas, essa operacionalidade era redimensionada. Debate recorrente entre estudiosas das relações de gênero, feministas; o sistema patriarcal é concebido, aqui, como um esquema ideológico de dominação e exploração das mulheres que esteve (e está) presente em todas as sociedades anteriormente à formação do Estado (SAFFIOTI, 2004). De todo modo, as experiências femininas, ao longo da história, vêm contrariando tal ideia de sociedade, mostrando que não foi uma regra geral e que mulheres e homens se desviaram deste “padrão”. Mulheres como a angola Antonia Ignacia e a mina Monica precisaram romper com esta lógica, criando estratégias através de seus trabalhos de “portas a dentro” e “de portas a fora” para barganharem suas liberdades e assegurarem suas independências.

Para elucidar estas questões, lancei luzes sobre os fragmentos de vivências de conquista e manutenção da liberdade, família e vínculos de parentescos de ambas e de como elas gerenciaram seus bens, negócios e decidiram seus destinos, fissurando as bases do sistema patriarcal e da dominação masculina, efetuados não só pelos senhores escravocratas que queriam manter vínculos de submissão e dependência das pessoas mesmo após a obtenção da manumissão; mas, sobretudo, dentro das interações com homens de igual condição de “raça” e mesmo grupo social.

¹¹ Baseando-me no conceito de feminismo negro de autoras como bel hooks (2019) e Lélia Gonzales (1988), nomeio de “experiência negra feminina” as vivências que as mulheres, em particular as africanas e crioulas cativas e libertas, tiveram em comum: estratégias de conquista da manumissão, escolhas nupciais, maternidade, agência de trabalho, redes de sociabilidades, entre outras experiências que marcaram suas maneiras de configurarem suas existências.

REDESENHANDO ESPAÇOS, LAÇOS FAMILIARES E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

Estas africanas escolheram o bairro do Recife – como mencionei alhures – para reconstruírem suas vidas ao conquistarem a manumissão. Região portuária, onde havia grande movimentação de pessoas e mercadorias, cuja urbanização era a mais antiga da cidade. Centro econômico da província, onde estavam localizadas as chancelarias dos cônsules instalados em Pernambuco, bancos, escritórios de várias companhias de seguros marítimos e terrestres, trapiches do algodão e do açúcar, casas especializadas na compra e venda de cativos(as), a Associação Comercial Agrícola, a Associação Comercial Beneficente, o Arsenal da Marinha e Guerra, a Alfândega e a Assembleia Provincial. Havia também um número considerável de tabernas e casas de má fama, onde trabalhavam prostitutas, principalmente escravizadas. Embora fosse habitado predominantemente por pessoas livres, que em 1872 somavam 8.028 habitantes, sendo a maioria homens (60%), existia uma grande circulação de escravizados de ganho que trabalhavam por ali, como canoeiros, estivadores, carregadores de “tigres” (as latrinas de dejetos das casas e sobrados mais abastados, que os “escravos” transportavam para serem despejadas nas cabeceiras das pontes ou nas praias), marinheiros, carregadores de carros de boi, jangadeiros. Em 1809, o viajante Henry Koster observou a grande agitação dos negros transportadores de fardos na Alfândega. Muitos desses trabalhadores, segundo o inglês, falavam em sua própria língua, pois não dominavam o português. Koster, certamente, constatava a relevância dos africanos entre os escravizados e libertos no local. Notou, ainda, pelas ruas do bairro, a presença de muitas mulheres negras vendeiras de doces, frutas e outras mercadorias que passavam gritando sob as janelas das casas, anunciando o que traziam para ser comercializado (COSTA, no prelo).

A mina Monica não expressou quais caminhos percorreu entre a escravidão e a liberdade, antes de fixar residência no bairro do Recife. Contudo, a angola Antonia Ignacia declarou em testamento que viveu como escravizada – da irmã do Reverendo que a comprou na Bahia – em Olinda, onde permaneceu até o dia de sua alforria¹². Ainda que possuísse uma

¹²As pessoas escravizadas podiam obter a alforria, no geral, por três formas. A “doação” – dependendo da relação com o(a) senhor(a) – o(a) escravizado(a) poderia ter a carta de liberdade lavrada em cartório, a qualquer momento de sua vida; ou então por ocasião da elaboração do testamento senhorial quando se manifestava o desejo de alforriar o(a) cativo(a) após o falecimento de seu senhor ou de sua senhora. A segunda – e mais comum – era a compra da carta de liberdade pelo(a) próprio(a) sujeito(a) escravizado(a). Terceiro, através de ações cíveis, quando a pessoa escravizada acionava a justiça para assegurar ou restituir sua condição de liberta. Os estudos sobre alforria tratam não só de sua tipologia (onerosas, condicionais, batismal, testamentária, ações cíveis) como também acerca de seus significados (manutenção ou ruptura com a escravidão). A literatura sobre o assunto é vasta, consultar Chalhoub (2010); Almeida (2012).

casa nesta cidade – que pode ter sido um legado de sua ex-senhora ou aquisição dos frutos de seu trabalho –, Antonia Ignacia morava no centro urbano da capital da província pernambucana, como mencionei acima. Monica, por sua vez, também estabeleceu vínculos em Olinda. Era aí onde morava Francisco João Honorato Serra Grande, um oficial de justiça, que figurou entre as testemunhas das últimas vontades da africana em seu leito de morte¹³. Para ambas, assim como para tantas pessoas libertas, habitar distante dos domínios senhoriais, ter “teto próprio”, compartilhar a moradia com quem bem lhe conviesse, ou ainda redesenhar a geografia de seus pactos comerciais, eram passos bastante significativos em seus projetos de liberdade. Sobre este intento, Sidney Chalhoub (1990) ponderou ser as escolhas por locais de moradia e redes de negócios uma forma dos indivíduos politizarem seu cotidiano e romperem com os laços de dependência senhorial, criando a “cidade negra”. Esta era configurada por meio das ações de trabalho, arranjos familiares e de lutas pela obtenção e garantia de liberdade dos sujeitos (COSTA, no prelo).

Quanto às experiências de constituição familiar, ambas as africanas escolheram o matrimônio como uma das possibilidades de recuperação de seus laços comunitários dilacerados pela violência do tráfico e da escravização atlânticos. A angola Antonia Ignacia casou-se por duas vezes, dando preferência por indivíduos de sua origem e status social. Joaquim Francisco Xavier (primeiro esposo) e Antonio Pereira Muniz (segundo cônjuge), eram também libertos e naturais de Angola. Mesmo que tenha passado por dois matrimônios, ela não concebeu filhos(as) com seus companheiros, nem mesmo quando solteira. Ainda assim, em sua lista de herdeiros(as) constavam as afilhadas com seus maridos, cativas que coabitavam com ela, amigos e amigas. Cito, por exemplo, as duas afilhadas: Marcelina que era casada com Manoel Cosme de Moraes (testamenteiro de Antonia Ignacia) e os filhos do casal (Felipe e Maria); a parda solteira Justina que morava com a madrinha; as escravizadas Roza Benedicta, a quem deixava alforriada após o pagamento de 50 mil réis; a preta Roza, que estava grávida; o preto forro Domingos Batista e as pretas libertas Clementina, Maria Atanzia e Thereza Maria.

A mina Monica, por sua vez, era mãe de duas filhas (Romana e Antonia Perfundina) que concebeu antes da oficialização de seu matrimônio com João Marques. Sobre a origem étnica ou a procedência de seu marido e sua experiência com a escravidão foi possível saber apenas que foi consorte de Monica e pai de suas filhas. Antonia Perfundina era esposa do africano Antonio Gomes de Moura. Desse casamento, nasceram Feliciano e Francisco. Em 1856, foi o momento de Romana conceber suas primeiras

¹³ MJPE, mapoteca 13, gaveta F, Lv.1862-1865, Registro de testamento de Monica da Costa Ferreira, fls. 44-45.

núpcias com o também africano João Baptista da Silva, de quem ficou viúva em 1865, quando casou-se com o preto de nação Costa, Francisco Xisto dos Anjos, com quem teve um casal de filhos (Josephina e Manoel). Esta família nuclear negra não parou de crescer mesmo após o falecimento dessa africana mina¹⁴; Feliciania – sua primeira neta – que se casou com um certo Porfírio de Tal, ficou viúva no ano de 1873. Neste mesmo ano, era concluído o inventário do espólio de Monica e quem passava a assumir as responsabilidades da família era Feliciania, educando os filhos, a prima órfã Josephina e cuidando do pai que já estava em idade avançada.

Casamento, rebentos, parentes, amigos(as) e cativos(as) faziam parte da configuração familiar das pessoas de África que reconstruíram seus laços afetivos e comunitários nas Américas. Os enlaces matrimoniais, por sua vez, significavam, assim como vários mecanismos, uma estratégia para a fixação das pessoas em um novo lugar. Era um meio de se sentir menos estrangeiro(a) em um recinto, pois se criavam vínculos na sociedade. Para os indivíduos naturais de África, a união conjugal representava um acordo de amparo recíproco para a melhoria de vida de ambos. Mulheres e homens eram responsáveis indistintamente pelo patrimônio ou manutenção do casal, desde que ocorressem trocas de vantagens e de garantias. Era também uma característica marcante entre os indivíduos escravizados a união entre sujeitos de mesmo *status*, pois as chances de seus descendentes estarem distantes do cativo seriam mais amplas. Em outras palavras, o casamento para os(as) africanos(as) em liberdade tinha objetivos concretos e próprios à sua condição social. Longe do romantismo burguês e das regras de normatização da Igreja, estava em jogo a camaradagem, a confiança, os planos em comum, o auxílio mútuo e a legalização da transmissão dos bens (COSTA, no prelo). Pontuando de maneira explícita, deveria haver reciprocidade entre o casal.

Vejamos o caso da angola Antonia Ignacia. Em seu testamento, declarou que seu primeiro marido, a “[...] constituiu herdeira de sua meiação (sic) que aceitei [...]”. Por morte de Joaquim Francisco Xavier, ela contraiu suas segundas núpcias com Antonio Pedro Muniz, com o qual passou apenas dois anos incompletos, pois ele também faleceu¹⁵. Do primeiro consórcio, Antonia Ignacia herdou os bens do casal, dos quais ela também angariou esforços para a constituição do patrimônio. Ex-cativa doméstica, passou a viver de seus negócios, dos quais não deu maiores detalhes, mas suponho que extraía alugueis de casa, e se beneficiava do trabalho de

¹⁴ Monica da Costa Ferreira faleceu no dia 24/04/1864, cf. Costa (2012, p. 98).

¹⁵ Cf. Registro de testamento de Antonia Ignacia Manoella, fl. 60-61.

suas escravizadas¹⁶. Viúva com casa própria, cativas que a auxiliavam na lida doméstica e provida de algum dinheiro, gozava de certa independência. Não necessitava mais, como inúmeras mulheres, de diferentes condições raciais e sociais no período oitocentista, de um novo casamento para negociar com o companheiro o provento da casa, da família e a divisão do trabalho. Todavia, Antonia Ignacia se casou pela segunda vez aos 70 anos de idade. Para além das questões materiais, esta africana teria várias razões – cujas análises nem sempre dão conta – para viver novas núpcias. Menos importante, talvez, fosse o fato de que esse casamento com Antonio Pedro poderia ser uma forma de assegurar a transmissão do patrimônio entre os seus, livrando os bens conquistados de antigos senhores desejosos em apropriarem-se dos esforços de seus(suas) ex-cativos(as). Estratégia de auxílio financeiro para o consorte ou até mesmo ampliação do patrimônio dela, caso seu marido viesse a falecer, como ocorreu. Sentimentos de minorar a solidão, afeto, parceria na vida podem, ainda, ter sido contabilizados no momento desta decisão.

A historiografia também fez pertinentes considerações acerca da reprodução das mulheres africanas. Foram elencadas como razões a questão do tempo biológico tardio para ter filhos(as) após a conquista da alforria, o fato de não serem prolíferas, sobretudo as iorubás (GRAHAM, 2012). Outro fator seria a possível utilização de métodos anticoncepcionais, sendo escolha própria a não gestação de filhos(as) (MOTA, 2016). Além do mais, fez (faz) parte das narrativas populares a crença de que as mulheres cativas praticavam o aborto e o infanticídio para evitar que seus rebentos também fossem escravizados. No romance “Xica da Silva: a cinderela negra”, Ana Miranda (2017), apontou as africanas *minas* como as mulheres que mais abortavam. Não obstante, tivessem uma tendência ao aborto espontâneo, eram também conhecedoras de formas de expulsar o embrião. Quando as crianças nasciam, elas evitavam nova gravidez amamentando por cerca de três anos sua filiação, passando por cima de tradições ancestrais que abençoavam grandes proles. Somando-se a isto, a má alimentação durante a geração, o labor em excesso e as precárias condições de vida colaboravam com essas interrupções e bebês doentes, quando não natimortos. Essa experiência das *pretas minas* narradas por Miranda pode ser estendida também a outras africanas escravizadas de

¹⁶ No Brasil escravista, a posse de cativos(as) representou não só ampliação das condições materiais dos indivíduos, mas também status social. Para a população africana e seus(suas) descendentes, sobremaneira, deve-se ponderar outros fatores como: etnicidade, laços anteriores ao tráfico e à escravização, parceria e camaradagem no cativeiro e na liberdade, além dos conflitos e tensões entre os indivíduos. Cf. Faria (2000); Reis (1997).

diversas procedências, nações ou etnias; e crioulas¹⁷. De acordo com Faria (2004), uma razão para as mulheres negras cativas ou libertas evitarem a maternidade seria o fato de suas progenituras as impedirem de acumular pecúlio, seja pelas despesas com crianças não produtivas ou pela impossibilidade de realizar certos ofícios e ao mesmo tempo cuidar delas. Para as mães, uma das razões da existência de seus descendentes estava na ideia de serem amparadas na velhice, ampliação dos projetos de liberdade por meio do trabalho de todos(as) que formavam a família. E não menos importante, o afeto pela descendência. Creio, portanto, que um destes fatores elencados acima serve de base explicativa para o motivo da angola Antonia Ignacia não ter concebido herdeiros(as); enquanto a mina Monica deu à luz a duas meninas que deram à mãe uma família extensa com genros, netos(as) e até bisnetos(as). Enfim, deve ser ponderado como dado significativo o fato de que as mulheres africanas também tomavam suas próprias deliberações em relação aos seus corpos no momento da decisão de gerarem ou não descendência.

Para além dos laços consanguíneos, mulheres e homens africanos também teceram redes de parentescos de consideração, no trabalho, nas irmandades religiosas, nos cultos de orixás, espaços nos quais os sujeitos se reconheciam como membros de uma grande família. Estes agrupamentos de forma extensa ou ampliada se baseavam ora na etnia, ora na experiência de escravidão ou de liberdade; ou ainda no compadrio – instituição aprendida na diáspora, paralelamente às agremiações católicas e aos candomblés/xangôs, fortalecendo os vínculos entre os indivíduos da comunidade africana e criando mecanismos de proteção e apoio. Era a partir do batismo católico que se contraía o parentesco espiritual entre padrinhos(madrinhas) e afilhados(as), e entre aqueles(as) e os pais e as mães dos(as) afilhados(as). Não foi possível saber quem eram os pais e as mães das afilhadas (Marcelina e Justina) da angola Antonia Ignacia. Mas, a africana seguiu à risca o que ditava o costume e a lei desse sacramento católico, no que diz respeito ao papel de madrinha, quais sejam: o amparo financeiro e a educação – religiosa e laica – na ausência dos(as) genitores(as). Assim, Antonia Ignacia criou Justina e provavelmente deve ter feito o mesmo com Marcelina. Deixou como bens para estas afilhadas, imagens de santos católicos ornamentadas em ouro e prata, como as da Santíssima Trindade e Santo Antonio que ficou para Marcelina; e um oratório com réplicas de vários santos foram legados à parda Justina. Antonia Ignacia escolheu, ainda, preparar seu testamento na casa de Marcelina e nomeou como seu primeiro testamenteiro o marido desta,

¹⁷ Outro romance histórico instigante que aborda a questão da maternidade entre as mulheres africanas é “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves, Cf. Gonçalves (2009).

transformando Manoel Cosme também em um herdeiro de seu patrimônio. Justina dividiu ainda com a preta forra Maria Atanzia os lucros do arrendamento da casa que a madrinha possuía em Olinda, localizada nos fundos da Igreja de São Sebastião. Maria Atanzia além de receber este dinheiro mensalmente herdou também as imagens de N. Sra. da Conceição e Santo Onofre. Conquanto Antonia Ignacia não tenha revelado o grau de parentesco com esta preta forra, deduzo sê-la também sua afilhada, visto que entre todos(as) os(as) seus(suas) legatários(as), quem mais bens herdaram foram as mulheres negras que estavam sob sua proteção pelos laços de parentesco espiritual.

A mina Monica, ao contrário da angola Antonia Ignacia, revelou seu grau de proximidade com o padrinho de sua neta Feliciano. O cassange João Joaquim José de Sant'Anna morava na rua do Farol, vizinho de bairro de Monica, irmão de São Benedito, ou seja, confrade dela. Este africano trabalhava no Arsenal da Marinha como porteiro e costumava emprestar dinheiro a juros. Considero que, além de dividirem o mesmo bairro e confraria, João Joaquim estabeleceu negócios com o pai da neta de Monica, o Antonio Gomes de Moura, afinal eram compadres (COSTA, no prelo). O compadrio, como afirmou Solange Rocha (2009), era uma forma de reconstruir os laços familiares e comunitários esfacelados pela violência do tráfico e escravização nas Américas. Acrescento, ainda, que tal instituição era um espaço para os homens africanos – tão embora pressionados pela cultura europeia e branca – elaborarem suas masculinidades, na medida em que estabeleciam redes de negócios, trocavam confidências e tentavam decidir o destino de filhos e filhas, afilhados e afilhadas.

Os estudos historiográficos acerca das confrarias religiosas apontaram ainda que estes eram espaços não só de laços de solidariedade entre os sujeitos, mas, sobretudo, campo de tensões e conflitos entre filiados(as) (REGINALDO, 2011). As disputas perpassavam questões sociais e étnicas; e intercruzavam também as relações de gênero. No Recife oitocentista, as irmandades sob a invocação de N. Sra. do Rosário passaram a eleger duas mesas diretoras – uma africana e uma brasileira – para ambos os sexos. Por sua vez, a literatura esforçou-se em afirmar que as mesas femininas eram unicamente honoríficas. Mas, as agências de mulheres africanas e crioulas na organização econômica destas ambiências socioreligiosas são indícios de que existiam também disputas pela liderança política atravessadas pelos liames étnico-raciais e de gênero (SOARES, 2000). No compromisso da Irmandade de N. Sra. do Rosário da Boa Vista de 1862 eram instituídas não só mesas diretoras para ambos os sexos, como também eleição para juízes(as) e escrivães(ãs) brancos(as). Ou seja, nas confrarias a equidade de gênero era permeada também por disputas raciais (COSTA, no prelo). Agora, para além disto, insisto que as irmanda-

des negras, ainda, constituíram-se como lugares de desenvolvimento de parcerias, camaradagens, laços de solidariedade femininos negros (DAVIS, 2017 [1989]) para libertarem-se das opressões da sociedade escravista e patriarcal. Portanto, dentro da Irmandade de São Benedito, no Recife, as chances de haver cumplicidades entre as africanas Monica e Antonia Ignacia eram bem maiores do que entre Monica e o africano João Joaquim. Creio que a escolha do padrinho da neta de Monica foi mais uma decisão de seu próprio genro Antonio Gomes de Moura (pai da menina) que passava a ser compadre do confrade da sogra.

Aproximando um pouco mais o feixe de luz nessas famílias negras, é possível enxergar outras disputas internas entre mulheres e homens para exercerem o papel de liderança. Quando Monica fez seu testamento, seu genro Antônio Gomes de Moura gerenciava seus negócios. Era ele quem a orientava nos investimentos financeiros. Em muitas ocasiões, Moura se responsabilizava pela poupança da sogra. Todavia, nem sempre suas orientações foram bem-sucedidas. Monica perdeu 400 mil réis em um empreendimento – cuja natureza não revelou – por intermédio desse genro. Percebendo seu prejuízo financeiro decorrente das falhas de Moura, Monica buscou reverter a situação. Primeiro, recorreu à justiça para reaver o dinheiro perdido. Logo em seguida, redistribuiu as atribuições de cada membro da família: afastou Moura da administração de seus bens e nomeou como seus testamenteiros, outro genro, Joaquim Baptista da Silva, e sua filha Romana Maria dos Prazeres. O casal Romana e Joaquim passou a tomar conta dos sobrinhos (Francisco e Feliciano), cuja tutela ficara sob a responsabilidade do próprio Joaquim. Para proteger o patrimônio da família, Monica usou da seguinte estratégia: nomeou sua filha Romana como herdeira da terça parte de seus bens. À primeira vista essa atitude parece irrelevante, uma vez que, por lei, cônjuges, filhos(as) consanguíneos(as) já seriam herdeiros(as) naturais da terça parte dos bens do(a) testador(a). Romana, no momento do testamento da mãe, era a única filha viva, sua parte já estava assegurada. Sugiro que ao realçar que a filha receberia um terço de seu patrimônio, Monica evitava que o genro Antônio Gomes de Moura, novamente, colocasse os bens da família em risco. Ao que se vê, nesta família africana, era a mina Monica quem ditava as regras da casa e gerenciava os bens de sua parentela.

Ao narrar sua vida íntima, anseios, afetos e últimas vontades, a angola Antonia Ignacia também desvelou que as regras de convívio entre os(as) seus(suas) e o gerenciamento do seu patrimônio eram conduzidos por ela. No dia 19 de julho de 1851, Antonia Ignacia foi até a casa de sua afilhada Marcelina, que morava na Rua Direita, no bairro de São José, para elaborar seu testamento. Neste momento, que não é só feito de acertos de contas divinas e terrenas, os indivíduos revelam também seus desafe-

tos, entreveros, redes de sociabilidades, negócios que estavam envolvidos. Mencionei, no início do capítulo, que Antonia Ignacia não se esqueceu da dívida de 100 mil réis que João Mina havia contraído com ela e que deveria quitar a qualquer custo, estivesse ela viva ou morta. Chegou até mesmo a incumbir seu testamenteiro de fazer a devida cobrança de maneira amigável ou litigando na justiça. Teria João Mina encontrado dificuldades financeiras para saldar esta dívida? Diante da possível dificuldade, buscou ocupar um lugar de dominação masculina para não quitar o débito com Antonia Ignacia? Conjecturas, apenas... Nada obstante, em uma sociedade na qual a pessoalidade decidia as relações de negócios, como era a sociedade oitocentista, tomar dinheiro emprestado fazia parte de um direito costumeiro. Antonia Ignacia não precisaria, portanto, sugerir ao seu testamenteiro que recorresse, se preciso fosse, à justiça para reaver seu dinheiro. Durante um longo tempo, as experiências dos sujeitos escravizados – como também libertos(as) e livres – eram concebidas como um todo homogêneo. Deborah White (1985) foi uma das primeiras historiadoras a trazer à baila das discussões as gradações entre os sexos masculino e feminino no sistema escravista, mostrando que as mulheres também eram aviltadas pelos homens de sua mesma condição social, procedência ou etnia. Baseando-me, por conseguinte, nas análises de White, é possível que para João Mina quitar seu débito com Antonia Ignacia – para além dos entraves da sociedade escravista – estivessem presentes questões de gênero para este homem africano honrar o compromisso financeiro que fez com esta mulher, que mesmo estando doente e com 73 anos, fazia valer as condições, certamente, impostas para o empréstimo de dinheiro a João Mina.

Mas não só de embates viveu – com homens com os quais estabeleceu relações de negócios – a angola Antonia Ignacia. Alguns tornaram seus parceiros, cito: o caixeiro Claudio Aires de Souza, morador na rua da Cadeia, bairro do Recife; o artista Manoel Joze Carneiro que era vizinho – na rua Direita – da afilhada dela (Marcelina); Joze Lopes de Sampaio, outro vizinho de Marcelina; Manoel Joaquim Pinto Maxado Guimarães, residente no Pátio do Terço, no bairro de São José; e Joaquim Jacinto Leal. Estes dois últimos eram comerciantes. Os limites da fonte testamentária impossibilitaram-me de obter maiores detalhes acerca destes homens que pactuaram algum tipo de negócio, amizade, parceria, camaradagem com Antonia Ignacia. Consegui, no entanto, saber que Manoel Joaquim P. Maxado Guimarães era proprietário de uma taberna na localidade Cinco Pontas, no bairro de São José¹⁸. De Joaquim Jacinto Leal, obtive a informação que ele esteve envolvido em um entrevero judicial, queixando-se

¹⁸ Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (doravante APEJE), Folhinha de Algebeira, 1849, f. 210; 1850, f. 206.

de uma certa Maria Catharina de Sena, e que o caso que estava para ser julgado pelo desembargador Vellares seria sentenciado pelo juiz Bastos¹⁹.

Portanto, é perceptível que a angola Antonia Ignacia vivia de seus negócios, muitos dos quais, em redes com estes indivíduos que testemunharam suas últimas vontades antes de sua morte. Comumente, no período escravista, figuravam como testemunhas em codicilos, os homens; quando negros teriam que saber ler, escrever ou simplesmente assinar o próprio nome. Ressalto, apesar disto, a autonomia das mulheres na decisão de quem seriam seus testamenteiros e testemunhariam seus últimos desejos antes da morte. Assim como ocorreu com angola Antonia Ignacia e provavelmente também com sua irmã em São Benedito, a mina Monica, cuja maioria das testemunhas eram também comerciantes e vizinhos. De certo, com quem ela tratava de seus negócios. A exemplo de: João Francisco de Souza, morador da mesma rua que ela; Manoel Jozé Pereira, habitante da Rua da Senzala Velha, vizinho de rua da angola Antonia Ignacia; e Jozé Pinto Ferreira, residente na Rua do Apollo, localizada por trás da rua que moravam Monica e João Francisco²⁰.

TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei, como elucidei algures, relacionar os conceitos de gênero e raça na leitura atenta das fontes que possibilitaram aproximações das experiências de duas mulheres africanas libertas. Busquei, ainda, mostrar que as ações cotidianas da angola Antonia Ignacia e da mina Monica sugerem como a *agency* feminina negra encampou esforços na tentativa de romper com o patriarcalismo. Sobre este, ainda é necessário fazer outras considerações. Embora tênues, havia possibilidades – muitas vezes bastante complexas – para as mulheres escravizadas e libertas contrariarem o domínio senhorial e “perturbar” o patriarcado, exercido em diferentes aspectos por senhores e cativos, homens brancos e negros. Em “Caetana diz não”, Sandra Graham (2005) mostra, por meio da trajetória de uma jovem cativa que relutou ao casamento arranjado pelo senhor e forçado pelo tio, brechas para compreendermos como mulheres negras resistiam dentro da sociedade escravista. Caetana, em uma conjunta familiar e senhorial complexa com o tio que também figurava como padrinho, e seu senhor, enfrentou pressão, desaprovação – e até violência física – ao recusar “deitar-se” com o marido para manter sua determinação. O senhor, posteriormente, declinou de suas ordens e intercedeu em favor dela, destituiu o

¹⁹ Diário de Pernambuco (doravante DP), Secção “Designações”, 5 jul. 1851, p. 1, apellada Maria Catharina de Sena; apellante, Joaquim Jacinto Leal. Disponível em: <https://bit.ly/2YCPIdp>. Acesso em: 27 mar. 2020.

²⁰ Cf. Registro de testamento de Monica da Costa Ferreira, fls. 44-45.

tio/padrinho e o esposo de seus papéis patriarcais no seio da família escravizada, chegando a entrar com pedido de anulação do matrimônio dela no tribunal eclesiástico, porque ela tinha “[...] grande repugnância ao estado do casamento” e queria manter-se solteira (GRAHAM, 2005, p. 83-103).

Por fim, fazendo mais um exercício de leitura interseccional de gênero, raça e classe, é possível levantar uma nova questão: as hierarquias raciais e econômicas impostas pela cultura ocidental não asseguraram aos homens brancos e negros desfrutarem igualmente dos mesmos privilégios de dominação social. No entanto, tratando-se de gradações de opressão, as mulheres negras são subjugadas pelo sexo masculino de diferentes matizes de cor de pele. A ideia de um “patriarcalismo racial”, tão embora presente como um dado de maior complexidade, pode escamotear as arbitrariedades que o sexo feminino negro é submetido. Ao mesmo tempo que as questões raciais aproximam a população negra, o sexismo aparece uniformemente violento como o racismo nas experiências, não só de antepassadas africanas e crioulas, como também nas vivências de mulheres negras do presente (KILOMBA, 2019). E, assim, a descendência de “Antonias, Monicas e Caetanas” atravessam o limiar do século XIX chegando até os dias atuais encampando lutas contra o racismo e o sexismo; dizendo não às opressões de gênero e classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kátia L. N. **Alforrias em Rio de Contas o Bahia (século XIX)**. Salvador: EDUFBA, 2012.

ALVES, Adriana. D. R. **As mulheres negras por cima, o caso de Luzia jeje: escravidão, família e mobilidade social – Bahia, c.1780-c.1830**. 262 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

APEJE. **Arquivo Público Jordão Emerenciano**. Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil, para as províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas. Para o anno de 1849. Pernambuco, Typhographia de M. F. de Faria. 1849. f. 210.

APEJE. **Arquivo Público Jordão Emerenciano**. Folhinha de Algibeira ou Diário Ecclesiastico e Civil, para as províncias de Pernambuco, Parahiba, Rio Grande do Norte, Ceará e Alagôas. Para o anno de 1850. Pernambuco, Typhographia de M. F. de Faria. 1850, f. 206.

BOCK, Gisela. História, história das mulheres, história de gênero. **Penélope. Fazer e desfazer história – Dossier**, n. 4, p. 157-187, nov., 1989.

CARVALHO, Rayssa A.; ROCHA, Solange. P. As mulheres negras em movimento no Brasil: atuação política da Bamindelê – organização de mulheres negras na Paraíba. **Gênero**, n. 2, v. 16, p. 71-89, Niterói, set., 2016.

CHALHOUB, Sidney. Precariedade estrutural: o problema da liberdade no Brasil escravista (século XIX). **História Social- Revista dos Pós-graduandos em história da Unicamp**, Campinas, n. 19, p. 33-62, segundo semestre, 2010.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: as últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Valéria. G. Mônica da. e JESUS, Teresa de. Africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 98-111.

COSTA, Valéria. G. Mônica da. e JESUS, Teresa de. **Ôminirá**: mulheres e homens libertos da Costa d'África no Recife (c. 1846 – c. 1890). São Paulo: Alameda, no prelo.

CUNHA, Olívia. G. da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, O. G. da; GOMES, F. **Quase-cidadão**: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 377-417.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2017 [1989].

PARTE OFFICIAL - TRIBUNAL DA RELAÇÃO. **Diário De Pernambuco**, Recife, sábado, 5 jul. 1851. Disponível em: <https://bit.ly/2YCPIdp>. Acesso em: 27 mar. 2020.

DIAS, Maria Odila L. da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

FARIA, Sheila. de C. Mulheres forras: riqueza e estigma social. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 65-92, jul., 2000.

FARIA, Sheila. de C. **Sinhás pretas, damas mercadoras**: as pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850). 287 f. Tese (Professor Titular em História do Brasil) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

FIGUEIREDO, Luciano. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher nas Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FOLLADOR, Kellen. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma visão ocidental. **Revista Fatos & Versões**, Uberlândia, n. 2, v. 1, p. 3-16, 2009.

- FURTADO, Júnia. F. **Chica da Silva e o contratador de diamantes**: o outro lado do mito. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- GIACOMINI, Sônia. M. **Mulher e escrava**: uma introdução ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1988.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Flávio; SOARES, Carlos E. L. “Dizem as quitadeiras...” Ocupações urbanas e identidades étnicas em uma cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 3-16, jul./dez. 2002.
- GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.
- GONZÁLES, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. **Revista Isis Internacional**, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988b.
- GRAHAM, Sandra. L. **Caetana diz não**: história de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRAHAM, Sandra. L.. Ser mina no Rio de Janeiro do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 45, p. 25-65, maio, 2012.
- HOLLANDA, Heloísa B. de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- hooks, bell. **Teoria feminista**: da margem ao centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- hooks, bell. **Ain't I a Woman?** Black women and feminism. Cambridge: South End, 1981.
- KILOMBA, Grada **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MAIA, Moacir R. de C. **De reino traficante a povo traficada**: a diáspora dos courás do Golfo do Benin para as minas de ouro da América Portuguesa (1715-1760). 2013. f.332. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Humanidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- MIRANDA, Ana **Xica da Silva**: uma cinderela negra. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MONTEIRO, Marília. P. **A mulher negra escrava no imaginário das elites do século XIX**. Recife: Departamento de História, 1989.

MORRISON, T. **Compaixão**. São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

MOTA, Antônia da S. Família escrava nas plantations do Maranhão: demografia, trajetórias e sociabilidades (1780-1820). In: XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2016, . **Anais...** ABEP, 2016. Acesso em: 30 mar de 2020. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2199/2154>

MOTT, L. **Rosa Egipcíaca**: uma santa africana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil, 1993.

PAIXÃO, M.; GOMES, F. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, G.; FARIAS, J. B.; GOMES, F. **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297-313.

PANTOJA, S. **Nzinga Mbandi**: mulher, guerra e escravidão. Brasília: The-saurus, 2000.

¹RECIFE (PE). Memorial da Justiça de Pernambuco. **Registro de Testamento [de] Antonia Ignacia Manoella**. Mapoteca 12, gaveta G, Livro 8 (14/11/1850 a 31/03/1853), fl. 67, v-69.

RECIFE (PE). **Registro de testamento [de] Monica da Costa Ferreira**. Mapoteca 13, gaveta F, Lv.1862-1865, fls. 44-45.

REGINALDO, L. **Os rosários dos angolas**: irmandades de africanos e crioulos na Bahia seiscentista. São Paulo: Alameda, 2011.

REIS, Isabel C. F. dos. **A família negra no tempo da escravidão, Bahia 1850-1888**. 305 f. 2007. . Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

REIS, João J. Identidade e diversidade étnica nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 199-242, jun., 1997.

REIS, Liana M. Mulheres de ouro: as negras de tabuleiro nas Minas Gerais do século XVIII. **Revista do Departamento de História**, Belo Horizonte, n. 8, p. 72-85, jul., 1988.

ROCHA, Solange P. **Gente negra na Paraíba oitocentista**: população, família e parentesco espiritual. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SAFFIOTHI, Heleieth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo:

Editora Brasil Urgente, 2004.

SILVA, Maciel H. C. da. **Pretas de honra**: vida e trabalho de domésticas e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.

SOARES, Marisa de C. **Devotos da cor**: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOARES, Cecília M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 57-72, 1996.

WHITE, Dale. G. **Ar'n't I a woman?** female slaves in the plantation South. New York: W.W. Norton, 1985.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana; GOMES, Flávio. **Mulheres negras no Brasil da escravidão e da pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.